

AUSÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO ESCOLAR¹

Michelangelo Henrique Batista²

RESUMO

O presente artigo traz os resultados do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, que teve o intuito de evidenciar se a ausência da abordagem racial em sala de aula inibe a construção da identidade racial da criança negra em anos iniciais do Ensino Fundamental. Para desenvolver esta pesquisa de cunho qualitativa, lemos autores como Freire (1987), Munanga (2005), Gomes (2005), entre outros. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semi-estruturada, que aplicamos aos Apoios Administrativos Escolares, Técnicos-Administrativos Escolares e Docentes, da Rede Pública de Ensino do Município de Porto dos Gaúchos/MT. Acreditamos que os resultados da pesquisa contribuirão para a reflexão sobre a construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar e sobre a Lei 10.639/03 neste contexto. Constatamos que o ambiente escolar está repleto de práticas racistas e, que os depoimentos da maioria dos docentes, revelaram demagogos e falaciosos, buscando mascarar realidades. Neste contexto, podemos afirmar que o contexto escolar não promove a construção da identidade racial da criança negra e a demagogia e a falácia que permeiam as afirmações dos docentes, consolidando um contexto educacional racista. Neste sentido, podemos afirmar que há uma ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. Todavia, acreditamos indubitavelmente que para reversão dessa realidade constatada, é indispensável o trabalho das questões raciais em sala de aula.

Palavras-chave: Criança Negra, Identidade Racial e Educação.

Este artigo apresenta os resultados de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que fez uma análise sobre a construção da identidade racial da criança negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental no contexto escolar. Fatores como; a relevância científica da temática e nossa trajetória de vida enquanto cidadãos negros sujeitados ao racismo, nos levaram a desenvolver a presente pesquisa.

Com a pesquisa, constatamos também se a Lei Federal 10.639/03³, que modifica a Lei 9394/96, em seu artigo 26-A, estava sendo cumprida, realmente, e, como os

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para graduação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT/Campus – Juara-MT. Orientado pela Professora Lori Hack de Jesus

² Formando do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Juara/MT.

³ Lei Federal que obriga a inclusão dos estudos da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial escolar, nos estabelecimentos públicos e privados.

docentes têm se comprometido em promover um currículo pluricultural. Já que, tivemos como objetivo geral, investigar se a ausência da abordagem racial em sala de aula inibiu a construção da identidade racial da criança negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nossa pesquisa foi de cunho qualitativo, pois, este tipo de pesquisa responde por questões muito particulares, ou seja, ela se ocupa nas ciências sociais, pois, aspectos sociais são difíceis de serem quantificados, (MINAYO, 2007). A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira etapa se constituiu da seleção e da leitura de bibliografias, visando fundamentar teoricamente a pesquisa. Na segunda etapa, foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada, que foram gravadas, transcritas e analisadas através de excertos das falas dos entrevistados. As entrevistas foram feitas com os profissionais da educação da Rede Pública de Ensino de Porto dos Gaúchos/MT.

As instituições escolares pesquisadas são organizadas em Ciclo de Desenvolvimento Humano. A Escola Ciclada se organiza dividindo o Ensino Fundamental em 03 (três) ciclos com três fases cada um. Nosso trabalho de campo foi desenvolvido nas duas primeiras fases do II Ciclo. Na terceira etapa foi feita a análise e a tabulação dos dados obtidos com as entrevistas. Como quarta etapa, desenvolvemos a análise do resultado da pesquisa rebuscando nossa fundamentação teórica.

Reconhecemos a Escola como um espaço sócio-cultural que deve refletir a pluralidade cultural e racial de nossa nação, no entanto, isso não ocorre (NASCIMENTO, 2005). A Escola tem sido palco de exclusões e disseminação de preconceitos e discriminações, e esta realidade promove aos alunos exclusão e/ou sentimento de inferiorização racial (CAVALLEIRO, 2005).

Neste contexto, é extremamente difícil e até doloroso, assumir uma identidade racial em nosso país, principalmente, a negra, já que a sociedade e, conseqüentemente, a educação, muitas vezes, não traz o negro como algo admirável e como um referencial positivo (NASCIMENTO, 2005).

Neste sentido, perguntamo-nos o que é identidade? Para Munanga (Apud, GOMES, 2005) a identidade é construída por aspectos internos e externos, ou seja, há a auto-definição e a identidade atribuída. No entanto, a construção da identidade racial envolve, outros níveis como o sócio-político e histórico em cada sociedade. Desta forma, a identidade é vista de forma mais ampla e invocada quando “Um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente, submetido” (NOVAES, Apud GOMES, 2005, p. 25).

Cabe-nos aqui explicarmos que quando nos referimos à identidade racial, não estamos empregando o termo raça no contexto biológico ou genético, que a pseudociência fazia uso para hierarquizar raças, fundamentando o racismo. Munanga (2003, p.16) menciona; “O conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.”

Como percebemos, o termo raça vem carregado por uma construção social em torno de si. Assim, utilizamos o termo raça baseados no seguinte raciocínio; o racismo atual não necessita mais de fundamentos biológicos, ele se baseia nas diferenças culturais e de marcas existentes e o que mudou foram apenas os termos ou conceitos, mas que as vítimas do racismo de hoje, são as mesmas de ontem (MUNANGA, 2003).

Neste contexto, torna-se necessário conceituarmos o significado dos termos racismo, preconceito racial e discriminação racial, que utilizamos no decorrer desta pesquisa. Segundo Gomes (2005, p. 52): “O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc”.

O primeiro subproduto do racismo é o preconceito racial. O preconceito é um julgamento negativo, que muitas das vezes, é feito com antecipação, às pessoas tidas como diferentes e/ou de grupos raciais diferentes, conforme Jesus (2006). O segundo subproduto do racismo é a discriminação racial. A discriminação racial pode ser conceituada como o racismo na prática, isto é, o preconceito teoriza e a discriminação executa. Desta forma, o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial, formam uma tríade, que inferioriza e exclui a população negra, quando observamos essa tríade em ação na sociedade, constatamos que sua disseminação cria um círculo vicioso, onde as pessoas aderem ao racismo, tornam-se preconceituosas e discriminam.

Retomando os fundamentos teóricos sobre a identidade, Munanga (2003), distingue em três formas as identidades de origem. A primeira é a identidade legitimadora, que é formada pelas instituições dominantes, que visa a manutenção do *status quo*. A segunda é a identidade de resistência, que é elaborada por pessoas que são desvalorizadas, humilhadas, buscam reivindicações para sobreviver diante da opressão das instituições dominantes. A terceira, é a identidade-projeto, é a construção de uma nova identidade, que é consequência das reivindicações.

Para Munanga (2003), essas identidades não são uma essência, existe uma dinâmica entre elas. Assim, uma é decorrente da outra, ou seja, uma identidade que surge em meio à resistência, pode à frente se constituir numa identidade-projeto e até caracterizar uma identidade dominante. Diante disso, reconhecemos que os escritos de Munanga (2003) se assemelham aos pensamentos de Freire (1987), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*. Para Freire (1987), na relação opressor-oprimido, afirma existir uma estrutura que sustenta este contexto, sendo que esta estrutura consolida e mantém a realidade dominante, independente de quem seja o opressor e quem seja o oprimido, isto é, o oprimido vive buscando melhoras em sua vida, tendo êxito, passa de oprimido para opressor e, dependendo da situação, o opressor passa a ser oprimido, e mais, um ser humano pode ser opressor e oprimido, isso dependerá do ambiente. Um exemplo disso é um cidadão no papel de operário, sendo que ali ele é oprimido, enquanto que este mesmo cidadão, no papel de pai e marido, pode se transformar em opressor na relação com sua mulher e filhos.

Na dinâmica das identidades existe uma estrutura semelhante à estrutura mencionada por Freire (1987), um ser humano com identidade de resistência pode desenvolver, paralelamente, uma identidade de projeto e de dominação dentro do grupo onde articula sua resistência, com o intuito de preservar seus ideais e interesses. Na mente da criança negra esta dinâmica das identidades se desenvolve mais intensamente ou, se podemos dizer, torna-se um emaranhado de identidades, pois, o seu grupo de pertencimento é inferiorizado e, desta forma, ela não consegue codificar e articular-se dentro desta dinâmica identitária.

Neste contexto, reportando à temática dessa pesquisa, para que a identidade racial da criança negra seja promovida há necessidade que a História e Cultura dos Afro-descendentes seja trabalhada em sala de aula. Atualmente, isto está assegurado na Lei Federal nº 10.639/03.

Porém, Leis sozinhas não bastam, nessa luta, o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, para contribuir para a superação do preconceito e discriminação (PCNs, 1997). A sensibilidade que os PCNs (1997) mencionam é a mesma que Freire (1987, p. 69) incita as pessoas a desenvolverem, “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

As entrevistas feitas foram destinadas aos profissionais da educação, sendo eles, dois Apoio Administrativo Escolar (AAE), dois Técnico Administrativo Educacional (TAE) e quatro Docentes, distribuindo-se igualmente, entre as Redes Municipal e Estadual de Educação do Município de Porto dos Gaúchos/MT.

Foram utilizados roteiros de entrevistas diferentes para cada uma das três linhas de profissionais da educação. Os profissionais da educação entrevistados foram aqui identificados através de códigos, para o AAE, utilizamos os códigos A1 e A2. Para o TAE, T1 e T2 e para os Docentes D1, D2..., Isso para proteger a identidade dos entrevistados.

Como primeira indagação feita aos AAE e TAE, perguntamos se existe racismo no contexto escolar e, as respostas foram todas positivas. Continuando, perguntamos de onde partiam essas práticas racistas, que segundo os entrevistados, as práticas racistas são exercidas por diversas pessoas no ambiente escolar, tal como segue “[...] *existe racismo entre os professores, de aluno com aluno, bom, existe racismo entre toda a escola*”. (A2-entrevista de 27/02/2008)⁴.

Os entrevistados reconhecem a existência do racismo no ambiente escolar e, que ele está presente nas relações sociais, dentro da escola. O racismo no ambiente escolar, não é apenas um fato reconhecido por nossos entrevistados, pois como vimos em Cavalleiro (2005), o racismo está presente no ambiente escolar, nas atitudes, nos comportamentos das pessoas, impondo valores preconceituosos e discriminatórios.

Como segunda indagação, perguntamos aos AAE e TAE, se eles já tinham presenciado uma atitude racista dentro do ambiente escolar e pedimos que relatassem tal atitude. Todos os entrevistados deram respostas positivas ao questionamento e relataram suas experiências como testemunhas de práticas racistas, todavia, A2 (entrevista de 27/02/2008), relatou a atitude racista presenciado por ele, externando seus sentimentos de repúdio, com certo desabafo e muito choro: “*os coitadinhos não tem culpa, às vezes estão com fome, com sede, e as pessoas não entendem, eu tenho netos e se eu ver algum falando isso com eles, nem sei o que faço... [silêncio e choros]*”.

O entrevistado A2 é um cidadão de fenótipo branco, no entanto, seu cônjuge é afro-descendente e devido isso seus filhos e netos, possuem características físicas afro-descendentes. Diante desse fato, reportamo-nos a Jesus (2006), quando diz que a

⁴ Todas as citações dos entrevistados estão destacadas no texto em itálico, com a finalidade de evidenciar a importância dada à fala dos mesmos nesta pesquisa.

atuação do racismo e da discriminação racial acarretam inúmeros prejuízos à população negra e à toda sociedade brasileira, direta ou indiretamente.

Percebemos durante as entrevistas que os TAE externaram certo receio em relatar as práticas racistas por eles presenciados. O A2 disse que as pessoas não denunciam as práticas racistas, por não quererem se envolver. Essa escolha por não denunciar (envolver-se) e sentir receio em relatar um ato racista, nada mais é do que a reprodução do silêncio relatado por Cavalleiro (2005), que segundo a autora promove resultados nocivos à criança negra, que passa ver a escola como um lugar que não é seu.

Ainda durante a entrevista com um TAE, o mesmo comentou que no momento da matrícula escolar é solicitado ao aluno(a), se maior de 16 anos de idade, ou ao pai e/ou mãe de aluno(a), se este for menor de 16 anos, é solicitada a auto-declaração da cor/raça⁵ à eles⁶. Entre as respostas, o mais instigante é o que T1 mencionou:

Os pais ficam meio confusos tem vez, os de cor escura, dizem que seus filhos são pardos e alguns pais brancos dizem que o filho é da cor dele e declaram que seus filhos são pardos. Acho que deve ser por causa do preconceito que é demais na nossa cidade. (T1 – entrevista de 11/03/2008).

O interessante desta situação é que normalmente é comum pessoas negras se auto-declararem pardas, por consequência da discriminação racial que sofrem, mas neste caso, algumas pessoas brancas também negam sua cor e se auto-declararam pardas. Questionamos os TAE se não era por não entenderem as categorias das cores, que os pais se auto-declaravam e declaravam seus filhos pardos. Os TAE disseram que explicam as cores e que percebem nitidamente, a vergonha do pais em se auto-declarar brancos. Os TAE disseram que isso é consequência da história de racismo da cidade de Porto dos Gaúchos/MT.

A cidade de Porto dos Gaúchos/MT, teve sua colonização feita basicamente, de pessoas vindas do Estado do Rio Grande do Sul, sendo a maioria de origem alemã (CARDOSO, 1989). Relatos de pessoas mais velhas moradores da cidade evidenciam que o racismo e a xenofobia imperavam até uma década atrás e hoje esses anciãos dizem existir muitos racistas e xenófobos remanescentes, porém camuflados. Com isso, podemos constatar que o fato de uma significativa parcela de pessoas brancas se auto-

⁵ Item inserido no Censo Escolar a partir de 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que tem o objetivo de buscar informações para subsidiar a formulação de políticas na área da educação.

⁶ Como este comentário surgiu no primeiro TAE entrevistado este questionamento foi acrescentado no roteiro para a entrevista com o segundo TAE, também.

declararem pardas é resultado da aversão que elas criaram às pessoas brancas que são racistas no contexto social onde elas estão inseridas, pois, essas pessoas temem ao se reconhecerem brancas ou ter seus filhos(as) declarados brancos, sejam incluídos no grupo dos racistas e xenófobos da cidade.

Nossa primeira indagação feita aos docentes foi se eles trabalham a questão racial em suas aulas. Todos os docentes responderam afirmativamente, questionamos então com que frequência eles trabalham a questão racial em suas aulas, 75% dos docentes responderam que trabalham, eventualmente, quando presenciavam um ato racista e 25% responderam que trabalham, periodicamente, as questões raciais em suas aulas.

No entanto, vejamos a fala de um dos docentes: “... *ah! Tinha uma aluna, o ano passado que sofria muito, ela era moreninha coitada, e as crianças chamavam ela de negra*” (D1 - entrevista de 04/03/2008). O docente durante este relato disse que chamava a atenção dos alunos e pedia para eles parassem de xingá-la e que sempre que surgia o xingamento ele interrompia e continuava a aula.

O fato de o docente reconhecer que ao chamar a menina de negra era um xingamento, revela a incapacidade do mesmo de lidar com as relações raciais (MUNANGA, 2005). O Docente não deveria se restringir a barrar a atitude dos alunos, mas também em explicar à sala, abordando que ser negro não é algo ruim em si e, que somos todos iguais.

Neste contexto, questionamos assim, quais são os assuntos ou temas trabalhados nessas aulas, a metade dos docentes disseram que são discutidos todos os tipos de preconceitos, inclusive o racial; a outra metade respondeu que trabalha baseada em reportagens de revistas, TV e internet.

De acordo os docentes, eles utilizam maciçamente as reportagens dos meios de comunicação. Em relação a isso, Bento (2004, p. 40) diz que “[...] os meios de comunicação têm estimulado sobremaneira o preconceito em nossa sociedade. Particularmente, o preconceito contra os negros”. Neste sentido, recorrer somente a reportagens dos meios de comunicação, não se torna muito recomendável. Uma saída seria a utilização de reportagens dos meios de comunicação, paralelamente, com os textos acadêmicos de pesquisadores em relações raciais da atualidade, propondo uma atividade de análise, onde o papel do docente seria mediar à discussão.

Os docentes também foram questionados e comentaram sobre como as crianças (negras e brancas) se sentem quando a questão racial é abordada nas aulas. Eles foram unânimes em dizer que as crianças negras externam certo constrangimento no momento

da discussão e, que as crianças brancas agem, “naturalmente”, encarando a discussão como um conteúdo normal e corriqueiro.

O constrangimento apresentado pelas crianças negras é consequência do tratamento que o ambiente escolar por intermédio das práticas racistas exerce sobre as mesmas, que segundo Batista (1995, p. 254 e 255) “Esse tipo de tratamento e abordagem racista contribuiu e contribui para o negro introjetar, internalizar uma imagem negativa de si mesmo, de sua raça e de sua cultura, provocando assim a negação de sua identidade [...]”. Podemos assim constatar, como as práticas racistas dentro e fora do ambiente escolar têm consequências nocivas à população negra e, em nosso contexto, às crianças negras.

Como todos os docentes afirmaram que trabalham as questões raciais em suas aulas, questionamos sobre a importância de trabalhar este tema. Apesar das diferentes respostas, todos os docentes responderam que a questão racial em sala de aula é importante para a formação da criança negra. Entretanto, ficou nítida a falta de conhecimento que os docentes têm sobre as relações raciais. Reportando-se aos escritos de Freire (1987), Batista (1995, p. 256) afirma que “A educação é um ato político, e como políticos os educadores têm um compromisso, especialmente os educadores negros, com o combate ao racismo. Para isso, precisam buscar competência política, competência pedagógica e conhecimento da história e cultura negra”. Diante disso, reconhecemos que o docente necessita buscar e não somente esperar passivamente por sua formação que deve ser contínua, ininterrupta.

Durante as entrevistas os docentes comentaram e foram indagados sobre a Lei 10.639/03, que para eles é importantíssima para a formação da criança e no combate ao racismo. Os docentes reclamaram por não ter havido uma divulgação mais efetiva sobre a Lei 10.639/03 nas escolas, pois a maioria dos docentes ouviu falar sobre a lei apenas no ano de 2007. Um dos entrevistados, o docente D3 (entrevista de 10/03/2008) disse que “*têm pessoas que são preconceituosas por falta de conhecimento*”, e isto coincide com as afirmações de Batista (1995, p. 253), quando diz que “Nosso sistema educacional, da pré-escola até a universidade procura ocultar, esconder, e/ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo negro na África, aqui no Brasil e nas Américas, assim como procura apresentar o negro de forma inferiorizada, estereotipada”. E a Lei 10.639/03 vem delinear legalmente (burocraticamente) a ruptura dessa realidade.

Não queremos com isto, dizer que a culpa por esta situação seja única e exclusivamente, do docente, pois entendemos que ele também foi formado nesta sociedade e reproduz o que ela naturalizou ao longo da história (MUNANGA, 2005).

Embora os profissionais da educação envolvidos nesta pesquisa reconheçam a existência do racismo no âmbito escolar, segundo Müller (2006, p. 48). “Somos uma sociedade que tem preconceito de ter preconceito”, ou seja, ainda vivemos assombrados pelo mito da democracia racial. Assim, isso nos leva a compreender o motivo pelo quais os profissionais da educação, principalmente, os docentes, ficaram nitidamente incomodados ao serem entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que as questões raciais têm sido pouco trabalhadas em sala de aula e, apesar de que os docentes entrevistados afirmam que trabalham a questão racial. Os docentes externaram também fragilidade teórica no que se refere às relações raciais, não dominando conceitos básicos para promover a abordagem racial. Percebemos que durante as entrevistas, houve uma preocupação excessiva dos docentes em demonstrar preocupação com as questões raciais e ao combate ao racismo, tentando passar uma boa impressão de suas atuações pedagógicas.

Essa preocupação revela o que denominamos de demagogia e/ou falácia pedagógica, que visa mascarar as debilidades promovendo uma falsa prática. Todavia, que o docente tem o dever de buscar sua competência política e pedagógica, entretanto, compreendemos também nitidamente que a atuação docente em reproduzir práticas racistas é o resultado da educação eurocêntrica e preconceituosa que tivemos.

Em vista disso, reconhecemos que o sanar do problema não recai somente sobre o docente, mas também sobre o Governo (Federal, Estadual e Municipal) em institucionalizar de fato uma educação anti-racista. Hoje temos a Lei Federal 10.639/03 que não está sendo implantada nas escolas pesquisadas e devemos lutar para reverter essas realidade.

Neste sentido, temos como principal resultado deste trabalho de pesquisa que as crianças negras da rede municipal e estadual de ensino do município de Porto dos Gaúchos/MT, não têm sua identidade racial promovida, ou seja, há, indubitavelmente, uma ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. E somos conhecedores que esse quadro só irá se reverter quando, além da comunidade

escolar, o Estado reconhecer de fato, que o ambiente escolar é racista e discriminador e, que juntos promovam de forma articulada e planejada o fim dessa triste e desumana realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Normando. Cultura Negra e Currículo. In: SILVA, Luiz Heron da & AZEVEDO, José Clóvis de (Orgs). *Paixão de Aprender*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. 379 p.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo: Ática, 2004. 80 p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p.

CARDOSO, José Soares. *Mato Grosso em Foco*. Cuiabá/MT, Guiapress, 1989. 312 p.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2005. 110 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: MUNANGA, Kabengele. *Educação Anti-Racista: Caminhos abertos para Lei Federal 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p.

JESUS, Lori. Hack de. Discutindo o Termo Raça. In: MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. (org.). *Trabalhando as Diferenças em Mato Grosso*. Vol. 2. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 67-72.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social, teoria, método e criatividade*. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 .

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Educação Anti-Racista e Formação de Professores: A Lei 10.639/03 em Questão. In: *Revista da Educação Pública*. Vol. 15, n. 18 (maio-agosto), Cuiabá/MT: EdUFMT, 2006. 155p.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a Diversidade e a Identidade Negra no Brasil. In: MINISTÉRIO, da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Diversidade na Educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 170 p.

_____. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EDUFF, 2003. p.15-34. (Cadernos PENESB, 5)

NASCIMENTO, Valdecir Pedreira. Pressupostos básicos da formação de professores no projeto Escola Plural: A diversidade está na sala. In: LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.). *Escola Plural: a diversidade está na sala*. Vol. 03. São Paulo: Cortez, 2005.